



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Patrimônio não tem idade: memória cultural e bens patrimoniais

Extensión, docencia e investigación

Cláudio Guilarduci – Dr. em Teatro

Universidade Federal de São João del-Rei-Brasil

guilarduci@ufsj.edu.br

RESUMEN

Esta comunicação objetiva apresentar as atividades realizadas durante a execução do projeto *Patrimônio não tem idade* e discutir os principais conceitos que nortearam essa atividade: experiência, memória cultural, espaço urbano, espaço arquitetural e bens patrimoniais. É importante ressaltar que os conceitos experimentados no referido projeto também possibilitaram a partir dos encaminhamentos da História Cultural a construção dos procedimentos metodológicos da tese de doutorado *A cidade de São João del-Rei nas entrelinhas dos manuscritos do Teatro de Revista na Belle Époque: um testemunho da história cultural são-joanense*.

O projeto *Patrimônio não tem idade* foi oferecido pela *Escola de Educação Patrimonial* – escola informal da Fundação Municipal de Cultura-FUNDAC, do município de Barbacena, estado de Minas Gerais-Brasil. Essa Escola foi criada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural com o objetivo de tentar amenizar o processo de degradação da memória barbacenense a partir da elaboração de programas, projetos e cursos de média e curta duração nas áreas de educação e cultura. A partir desse princípio foi elaborado o curso *Patrimônio não tem idade* para os membros do *Grupo Idade Feliz*. O intuito desse curso era formar guias patrimoniais da terceira idade para participar das visitas guiadas aos bens patrimoniais tombados da região central da cidade. As visitas guiadas, elaboradas a partir de um roteiro previamente estruturado, foram oferecidas para alunos do Ensino Fundamental da rede pública estadual e municipal de ensino. Essas visitas, portanto, permitiram a troca de experiências entre o poder público com membros da melhor idade que a partir de suas memórias, histórias e narrativas possibilitaram às crianças e aos adolescentes conhecerem a história da cidade a partir do espaço arquitetural e urbano.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



As ações efetuadas – a criação da *Escola de Educação Patrimonial*, a realização do curso *Patrimônio não tem idade* e as visitas guiadas aos bens tombados – foram aprovadas e receberam pontuação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais–IEPHA/MG, órgão responsável pela elaboração e implementação de critérios para o repasse dos recursos disponíveis do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios que possuem uma política cultural.

1

No dia 23 de abril de 2009, na sede da Fundação Municipal de Cultura de Barbacena (FUNDAC), a Escola de Educação Patrimonial oficializou suas atividades com a apresentação do projeto *Patrimônio não tem idade*¹ para a Secretária Municipal de Educação e para o Superintendente da Terceira Regional de Educação. Esse projeto contou com a parceria entre a Escola de Educação Patrimonial² e o Grupo da Terceira Idade denominado *Idade Feliz*.

A Escola de Educação Patrimonial foi criada a partir das discussões realizadas pelo Conselho do Patrimônio Cultural de Barbacena mediante a constatação do processo de degradação da memória barbacenense e também por perceber a enorme dificuldade de manutenção de bens materiais e imateriais da cidade. Para atingir seus objetivos a Escola foi estruturada em três áreas distintas de atuação – Patrimônio, Memória e

¹ O projeto *Patrimônio não tem idade* foi elaborado por Cláudio Guillarduci, José Maurício dos Santos Júnior e Sérgio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres. Em 2011, terceira edição do projeto, as visitas guiadas estão previstas para ocorrer nos dias 6, 13, 20 e 27 de setembro durante a Jornada Mineira do Patrimônio. O projeto *Patrimônio...* em 2011 foi contemplado no Edital Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais com noventa mil reais. Ressalto que entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010 tive o privilégio de chefiar a Biblioteca Pública Municipal, órgão vinculado à FUNDAC, acumulando, dessa forma, com as atividades de professor na Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG. Em março de 2009 defendi a tese *A cidade de São João del-Rei nas entrelinhas dos manuscritos do teatro de revista na Belle Époque: um testemunho da história cultural são-joanense*. A minha saída da Biblioteca foi motivada pelo início do pós-doutoramento júnior (PDJ/CNPq), em março de 2010, com o projeto *Os edifícios teatrais da cidade de São João del-Rei (1782 – 1893): uma análise do espaço urbano*, sob a supervisão da Profa. Dra. Evelyn Furquin Werneck Lima (UNIRIO). Durante esse período coordenei na UEMG o Laboratório Teórico Prático do Brincar-LABRINC. Os mesmos princípios que orientavam as atividades do Labrinc também foram incorporados na elaboração do Projeto da Escola Patrimonial bem como em suas atividades: (i) constituição de um espaço de trabalho interdisciplinar, (ii) o relacionamento umbilical com a comunidade e (iii) a relação entre teoria e prática. Em agosto de 2010, após aprovação em concurso público, solicitei exoneração na UEMG e fui efetivado na Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ no curso de Teatro.

² O projeto de implantação da *Escola de Educação de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural* do Município de Barbacena foi elaborado (2007) por Cláudio Guillarduci, Sérgio Cardoso Ayres, Wilton de Souza Ferreira. Portanto, sua efetivação só ocorreu dois anos mais tarde, devido a questões políticas.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Cidadania/Comunicação – com o intuito de atingir mais especificamente três setores da sociedade: os formadores de opinião – professores, servidores públicos, técnicos e profissionais; alunos da rede pública municipal; e cidadãos envolvidos com a questão cultural.

A partir dessas áreas de atuação a Escola prioriza as seguintes metas: (i) gerenciar programas de Educação Patrimonial, (ii) organizar sistemas de comunicação de caráter informativo sobre o tema Educação e Patrimônio, (iii) desenvolver projetos, programas, estudos e pesquisas sobre o patrimônio local, (iv) promover capacitação técnica e pedagógica para os profissionais envolvidos com a preservação do patrimônio local, (v) elaborar e estabelecer parcerias – acordos e convênios – entre instituições públicas e privadas para execução de projetos patrimoniais, (vi) prestar assessoria e consultoria na área patrimonial, (vii) incentivar a organização e manutenção de bibliotecas, videotecas, museus, setores multimídia e correlatos que apoiem as atividades educacionais e culturais voltadas para a preservação da memória.³

Para o pleno desenvolvimento das suas atividades a Escola de Educação Patrimonial busca compartilhar suas ações com a Secretaria Municipal de Educação, com a Superintendência de Ensino, com as instituições de ensino locais, com as Universidades sediadas na cidade, com o Instituto Federal de Ensino (IFET), com órgãos públicos estaduais e federais – principalmente IEPHA-MG e IPHAN –, além de organizações não-governamentais.

2

O curso *Patrimônio não tem idade*, oferecido para o Grupo *Idade Feliz*⁴, ocorreu nos dias 31 de agosto e 1 e 2 de setembro de 2009. Como o objetivo principal do curso era preparar guias patrimoniais que pudessem conduzir estudantes da rede pública de ensino em um roteiro histórico-cultural pela região central da cidade, unindo, dessa forma, alunos do ensino fundamental e cidadãos da terceira idade, que o curso foi dividido em três grandes temas. Esses temas foram trabalhados separadamente: um dia para cada tema.

³ AYRES, Sérgio Cardoso, FERREIRA, Wilton de Souza, GUILARDUCI, Cláudio. *Projeto de Implantação da Escola de Educação de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Barbacena*. Barbacena: Fundac, 2007, p.12-15.

⁴ Membros do Idade Feliz que participaram tanto do curso quanto das visitas guiadas: Adail da Aparecida Magri, Ana Maria Gonçalves da Fonseca, Cláudia Maria de Souza Campos, Eunice Efigênia Siqueira, Irene Coelho (Coordenadora), Joana D'Arc Rezende, Maria do Carmo Campos, Maria do Carmo P. da Rocha, Maria Eni Guillarducci, Maria José de Souza, Maria Terezinha de Assis e Rosa Maria de Castro Fullin.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



No primeiro dia foi trabalhado o perfil dos alunos da rede pública de ensino para que os membros da terceira idade pudessem elaborar mecanismos para facilitar a apresentação dos bens tombados da cidade às crianças e adolescentes da rede pública de ensino. O segundo dia foi uma discussão teórica sobre Turismo, Patrimônio, Memória Coletiva e Memória Urbana. Além disso, o segundo dia também contou com os relatos orais dos membros da terceira idade a partir dos bens tombados da cidade. E, por fim, no terceiro dia, além dos relatos orais, foi realizado um passeio pelo centro da cidade. Nesse passeio os bens tombados foram apresentados e novamente buscou-se fazer uma relação entre o espaço urbano, a arquitetura da cidade e as histórias de vida dos membros do *Idade Feliz*.⁵

⁵ Assim como a cidade foi tratada e desvelada durante o curso, ressalto que a cidade de Barbacena, fundada em 14 de agosto de 1791, tornou-se cidade em 9 de março de 1840, está localizada no Campo das Vertentes do Estado de Minas Gerais e tem uma população de 126 mil habitantes (cf. Censo de 2010). A cidade possui bens protegidos com tombamentos federais, estaduais e municipais. Bens com tombamento federal: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, Solar dos Andradas, Fazenda do Registro Velho, Acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Morte, Acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Tombamento estadual: Antiga Cadeia Pública atual Casa da Cultura. Tombamento municipal: Colégio Santo Agostinho, Escola Estadual Adelaide Bias Fortes, Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR, Escola Estadual Professor Soares Ferreira, Colégio Tiradentes da Polícia Militar, Complexo de edificações do Colégio “Imaculada Conceição”, Escola Estadual Bias Fortes, Escola Agrotécnica Federal, Imóveis situados à rua Sete de Setembro n. 123 e n. 1058, Casarão da Fazenda Oyama Teixeira, Imóvel situado à rua Antenor José Vicente n. 69, Imóvel situado à avenida Bias Fortes n. 321, Imóvel situado à Praça dos Andradas n. 14 e 18, Solar dos Andradas, Residência do Deputado Anuar Fares, Solar dos Esteves, Solar dos Bias, Solar dos Canedo, Ginásio Sílvio Raso, Muro da FHEMIG, situado nas dependências internas do Centro Hospitalar e Psiquiátrico de Barbacena, construído pelo paciente Durval Moreira (1945-1999), Chaminés da Cerâmica Bonato, Escada situada atrás do prédio do Fórum Mendes Pimentel, Pontilhão situado à rua Monsenhor José Augusto, Pontilhão situado à rua Embaixador Rui Barbosa, Pontilhão situado à Linha da Oeste, denominado “Túnel Alberto Bernini”, Pontilhão Dom Pedro II, Monumento aos Pracinhas, Sepultura do Padre Mestre José Joaquim Correia de Almeida, localizada no Cemitério da Boa Morte (CBM), Sepultura n. 292 D de Gabriela Andrada (CBM), Sepultura n. 276 D de José Bonifácio Lafayette de Andrada (CBM), Sepultura de Crispim Jacques Bias Fortes (CBM), Sepultura de Honório Armond (CBM), Sepultura do Padre Manoel Rodrigues da Costa (CBM), Sede da Fundac, Instituto “Tenente Ferreira, Manicômio Judiciário, Delegacia de Polícia, Sede do Comando do 9º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, Pré-Juvenato São Geraldo, Mosteiro “Padre Cunha”, Fórum Mendes Pimentel, Antigo Hospital Colônia da FHEMIG, Postinho do Telégrafo, Cia Têxtil Ferreira Guimarães, Prédio da Liga dos Homens do Trabalho, Prédio dos Correios, Instituto Onda Gomes, Fundação Porphiria e José Máximo de Magalhães, Prefeitura Municipal de Barbacena, Estação Sericícola, Antiga Cadeia Pública atual Casa da Cultura, Estação Ferroviária, Santa Casa de Misericórdia, Palácio da Revolução Liberal, Casarão da Praça Dom Silvério, Passinho da Paixão situado à rua Vigário Brito, Passinho da Paixão situado à rua General Câmara, Passinho da Paixão situado à Praça dos Andradas, Passinho da Paixão situado à Praça Padre Corrêa, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, Capela do Educandário dos S. C. de Jesus e Maria, Igreja de São José, Basílica de São José Operário, Igreja de São Sebastião, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santo Antônio, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Museu Georges Bernanos, Museu Municipal, Museu Casa de Marcier, Fazenda do Registro Velho, Jardim do Globo, Praça Santos Dumont, Cemitério da Fhemig. Conjunto arquitetônico do Instituto José Luiz Ferreira, Conjunto arquitetônico e paisagístico do Jardim Municipal, Conjunto de telas representando a “Via Sacra” de autoria de Edson Mota, Acervo Jornal Cidade de Barbacena, Acervo que integra o Serviço de Arquivo



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Fig. 1 – 2º dia do curso



Fonte: Acervo da Escola Educação Patrimonial

Tanto o curso quanto a visita guiada oferecidas aos alunos da rede pública de ensino privilegiou apenas os bens da região central da cidade. O espaço arquitetural presente nesse trajeto possui uma diversidade que possibilita perceber diferentes momentos da história da cidade, pois existem edifícios do período colonial com sua arquitetura barroca, edificações que apresentam traços ecléticos, art-déco e outros estilos contemporâneos. Um dos problemas que motivou a elaboração do presente projeto foi a percepção de que a especulação imobiliária estava de certa forma eliminando determinados monumentos com a construção de edificações verticalizadas.

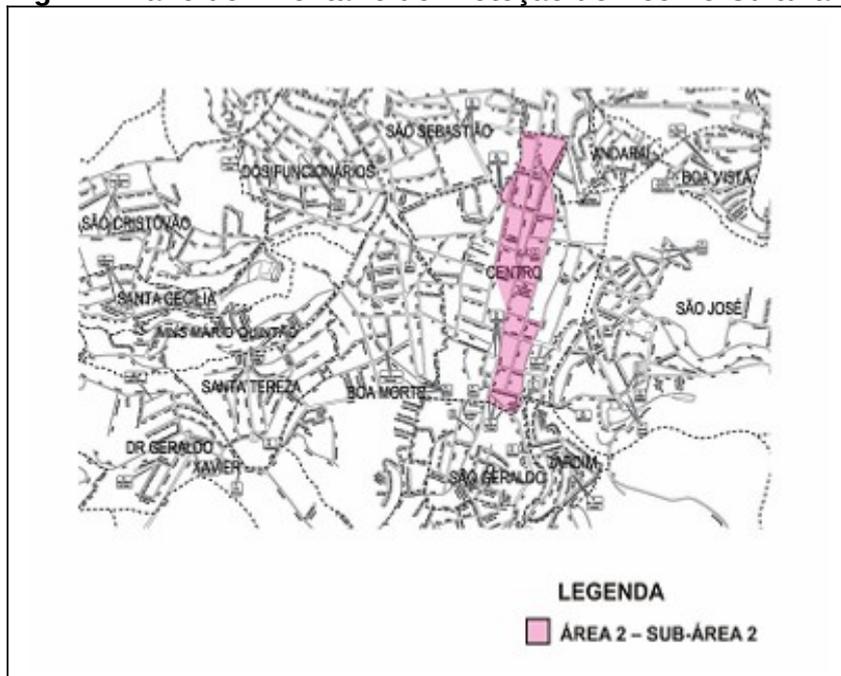
De acordo como o Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural da cidade de Barbacena apresentado para o ICMS, exercício 2010, o município foi dividido em sete áreas reunindo a zona urbana e a rural. Para realização do plano inventário a FUNDAC partiu do princípio de que era necessário, no mínimo, vinte anos para sua efetivação. Dessa forma, o Plano Inventário foi elaborado com ações previstas para duas décadas.

A região central por ter o maior número de bens foi dividida em três seções distintas. As visitas guiadas foram realizadas na região central denominada de Subárea 2. Nessa região

Permanente Professor Altair Savassi do Arquivo da Cidade de Barbacena, Documentos do Cartório do 1º Ofício de Notas, Documentos do Cartório do 2º Ofício de Notas, Documentos do Acervo do Juizado de Paz do distrito de Padre Brito. Bens imateriais protegidos pelo município: Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte com sede na Igreja Nossa Senhora da Assunção, Festa das Rosas e Flores, Exposição Agropecuária, Festa de Nossa Senhora do Rosário – Instituição promotora Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, Corporação Musical Correia de Almeida, Lira Barbacenense.

estão localizados os seguintes bens: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Casarão do Rosário à Praça Dom Silvério, Imóvel do Colégio Santo Agostinho à Praça Dom Silvério, Monumento aos Pracinhas, Imóvel do Onda Gomes, Casa do Deputado Anuar Fares, Solar dos Andradas, Passinho à Praça dos Andradas, Imóveis à Praça dos Andradas n. 14 e 18, Museu Municipal (Solar dos Penna) à Praça do Globo, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Jardim Municipal, Prédio da Câmara Municipal – Palácio da Revolução Liberal à Praça dos Andradas, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, Capela do Educandário dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, Passinho da Paixão à rua Vigário Brito, Prédio do Fórum Mendes Pimentel à Praça do Globo, Escada situada atrás do prédio do Fórum Mendes Pimentel, Solar dos Canedo, Prédio Sede da FUNDAC à Praça do Globo, Praça Conde de Prados, Acervo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, e os bens imateriais: a Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Fig. 2 – Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Barbacena



Fonte: Plano de Inventário (2011)⁶

3

Barbacena, a partir dos trabalhos realizados pela FUNDAC, tem recebido o repasse do ICMS Cultural desde 1996. Isso é devido principalmente pelos tombamentos federais e

⁶ Esse mapa, sem escala, foi elaborado pela arquiteta Fabiana Tavares a partir dos arquivos do Serviço de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Barbacena.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



estaduais. Somente a partir de 2000 é que a cidade passou a implementar suas políticas culturais e patrimoniais, mas é somente no ano de 2011 que o maior repasse de ICMS ocorrerá, talvez isso se deva às ações implementadas a partir da parceria entre a FUNDAC e a Escola de Educação Patrimonial.⁷

Tab. 1 - Pontuação ICMS Patrimônio Cultural de Barbacena

Ano	Pontuação
2001	2,0
2002	4,62
2003	3,80
2004	5,10
2005	3,20
2006	2,60
2007	6,0
2008	8,60
2009	6,0
2010	8,20
2011	10,5
2012	11,0

Fonte: www.iepha.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011.

O ICMS, estabelecido a partir da Lei estadual n. 13.803 de 2000, possibilita que os municípios recebam anualmente uma determinada quantia em dinheiro, de acordo com a arrecadação de tal imposto, após comprovar suas políticas e ações de proteção ao patrimônio cultural local. Essa descentralização política permite, no caso específico de Minas Gerais, que dos 25% do ICMS repassado aos municípios, 1% seja realizado a partir das comprovações documentais sobre as políticas e ações culturais desenvolvidas localmente. O IEPHA-MG é quem estabelece as normas, os conteúdos e como deve ser a organização documental a ser enviada a tal órgão. Após o envio da documentação o IEPHA analisa e divulga provisoriamente a pontuação do município e este terá um prazo determinado para entrar com recursos para revisão da pontuação.

A documentação elaborada pelo município reúne desde levantamentos, estudos, planos de ação e projetos que são organizados em diferentes pastas.

⁷ É importante ressaltar que o projeto da Escola foi apresentado à Prefeitura no ano de 2007 e somente dois anos depois é que foi possível implementá-la. Mesmo assim, a Escola e seu projeto original ainda carecem de melhores condições de trabalho. As dificuldades apresentadas pela Escola estão geralmente vinculadas ao campo político. Os governantes municipais ainda não têm conhecimento e nem vontade para aprimorar as possibilidades de arrecadação originadas nas ações culturais. Além disso, o ICMS repassado para a prefeitura não torna obrigatório o uso do dinheiro em questões culturais e/ou patrimoniais. Via de regra o repasse do ICMS é incorporado ao dinheiro da prefeitura.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Trata-se de um extenso dossiê cujo conteúdo (apresentado na forma de fichas, planos e cronogramas de inventário, dossiês de tombamento, laudos técnicos, legislação patrimonial, atas de reunião do conselho do patrimônio local, projetos de educação patrimonial, relatórios de atividades e investimentos patrimoniais e culturais, etc.) deve comprovar o cumprimento das diretrizes básicas de proteção ao patrimônio cultural ditadas pelo IEPHA/MG, ao mesmo tempo em que formaliza o compromisso do planejamento municipal para com a implantação, execução e avaliação permanente dessas políticas e ações.⁸

Mesmo que a Lei estadual não estabeleça a obrigatoriedade de que os recursos do ICMS sejam destinados às áreas patrimoniais, as deliberações do Conselho Curador do IEPHA têm cada vez mais acentuado as pontuações que comprovam investimentos realizados pelos municípios em bens móveis e imóveis ou em atividades culturais. A comprovação em tais investimentos é realizada através da apresentação de relatórios com notas fiscais e de empenho, contratos de prestação de serviço que devem ser anexados juntamente com documentação comprobatória (fotos, informações jornalísticas, materiais de propaganda, vídeos, etc.).⁹

Em 2009, com a lei 18030, o governo mineiro estabeleceu uma nova redistribuição do ICMS a partir dos seguintes itens: população, área territorial, receita de cada município, investimentos em educação, saúde, agricultura e preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. No caso específico do patrimônio coube novamente ao IEPHA a elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos do ICMS aos municípios. No Anexo II da referida lei está explicitada a tabela com a pontuação que privilegia como elemento básico as ações e políticas culturais, o inventário do patrimônio cultural, a criação do fundo municipal de preservação do patrimônio cultural, a educação patrimonial, o registro de bens imateriais e o tombamento dos bens culturais, divididos nas categorias (i) Núcleos Históricos, (ii) Conjuntos Paisagísticos, (iii) Bens Imóveis e (iv) Bens Móveis. Essas categorias terão um maior repasse caso os bens sejam tombados pelo IEPHA e/ou pelo IPHAN.

A base para a nova pontuação para a política local foi estabelecida a partir de 4 elementos, a saber: (i) lei municipal de proteção ao patrimônio cultural, (ii) lei de criação do conselho

⁸ AMARAL, Heraldo Luiz do. O ICMS Patrimonial e sua importância para a consolidação da Educação Patrimonial em Divinópolis. In: GORGONZINHO, Batistina Maria de Sousa, CATÃO, Leandro Pena, FARIA PEREIRA, Mateus Henrique de (Orgs.). *História e Memória do Centro-Oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p.31

⁹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *A descentralização das ações na área do patrimônio cultural: o impacto da lei Robin Hood nos municípios mineiros*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008. <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/74-descentralizacao-das-aco-es-na-area-do-patrimonio-cultural>. Acesso em 18 de junho de 2011.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



municipal do patrimônio cultural, (iii) criação de órgão municipal específico para a patrimônio cultural¹⁰ e, por fim, (iv) participação na jornada mineira de patrimônio cultural.

4

O curso elaborado para formação de guias patrimoniais partiu do princípio de que a cidade por ser uma construção humana, elaborada a partir do trabalho desenvolvido pelo homem durante o seu percurso histórico, possui significados que estão além e acima do próprio sentido da “pedra e da cal”, pois as cidades são construídas pelos significados e sentidos que os homens dão às suas construções. Portanto, o sentido está além da matéria e da forma das coisas construídas na cidade. O espaço urbano deve dessa forma ser entendido como “carne e pedra”. É possível afirmar que o espaço urbano é o espaço por excelência da pro-dução de coisas pelas mãos humanas. Esse pro-duzir de coisas tem no espaço urbano uma hierarquia, também estabelecida pelo próprio homem, que qualifica os objetos construídos na cidade.

Por espaço urbano deve ser entendido o quarto de dormir, a sala de jantar, a igreja – seu interior, altar, átrio –, a praça, a prefeitura, as casas, o museu, a decoração que cada ambiente ostenta e, conforme salienta Argan (1998, p. 43) até mesmo o tipo de roupa e os adornos que as pessoas usam devem ser percebidos como elementos incorporados na dimensão cênica da cidade.

No Brasil, o patrimônio cultural começa a ser hierarquizado com o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, quando o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 13 de janeiro de 1937) instituiu que o tombamento dos bens arquiteturais só seria realizado quando o imóvel fosse inscrito em um dos livros de Tombo. Os livros definidos na época foram: Livro Histórico; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro das Belas Artes e livro das Artes Aplicadas.

O SPHAN, amparado por instrumentos jurídicos específicos, tinha por objetivo consagrar um sentido de nação através dos bens móveis e imóveis selecionados, propiciando, apesar da pluralidade cultural, um sentimento de pertencimento. Nessa política de consolidação de uma identidade nacional, os intelectuais que trabalhavam no Ministério da Educação e Saúde (MES), dirigido na época por Gustavo Capanema, transformaram-se em mediadores

¹⁰ Em Barbacena atualmente existe na FUNDAC a Gerência de Patrimônio e Cultura. Essa gerência é coordenada por Sérgio Cardoso Ayres. Devido a determinadas dificuldades políticas essa gerência não conta com o devido apoio do gestor do município e de seus assessores. Apesar disso, essa gerência tem se destacado, recebendo recorrentemente elogios por parte do IEPHA por seus projetos inovadores.

simbólicos, pois seus interesses profissionais, artísticos e políticos acabaram consolidando como universais determinados valores políticos, estéticos e nacionais. O grupo de intelectuais mineiros ao lado de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, vinculado a Capanema que tinha como chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade, conformou uma representação do patrimônio nacional a partir de um pertencimento à cultura mineira.

Fig. 3 – Visita do *Idade Feliz* aos bens tombados



Fonte: Acervo da Escola de Educação Patrimonial

Dessa forma, o curso tomou por base que os produtos artísticos que qualificam uma cidade – o monumento é a mais auto-representação da cidade e de sua própria historicidade – recebem cotidianamente valores dados pelos cidadãos comuns. O importante para entendimento de uma cidade, ou melhor, de seu espaço urbano, é possibilitar a abertura de canais de comunicação em que os cidadãos possam apresentar, falar sobre os valores que eles construíram sobre determinados objetos da cidade, sobre determinadas edificações, pois é a representação desses espaços e dessas edificações que estarão na base do imaginário social. As práticas do cidadão – pessoas comuns – com suas táticas e estratégias que utilizam e se apropriam no cotidiano é que permitem entender a história da cidade e de seus objetos que foram construídos pelas mãos humanas.

A partir desse princípio que a Escola de Educação Patrimonial organizou o seu curso de guias patrimoniais, tomando por base os relatos orais, ou seja, as narrativas dos membros



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



da melhor idade. Essas narrativas foram elaboradas tendo como fio condutor a edificação da cidade, dessa forma, é possível afirmar que a delimitação do tempo e do espaço para constituição da narrativa era a própria construção do centro da cidade.

A cidade é o *locus* da memória coletiva, ou seja, é na relação entre os habitantes do lugar, a sua história e a ideia – ideal ou real – que eles têm daquele lugar que permite entender a arquitetura da cidade. Dessa forma, é possível afirmar que é na relação entre passado, presente e futuro que se forma a representação da cidade, semelhantemente à memória de um indivíduo que é capaz de percorrer toda a sua vida.

Entendendo que nesse movimento da narrativa o esquecimento estará sempre presente, construindo assim “ilhas da memória”, que a “ipseidade” será narrada não num simples ato de lembrar, mas num exercício de rememoração que ao mesmo tempo em que narra as vivências individuais conscientemente elaboradas também possibilita uma experiência maior, pois elas comportam observar o universo circunscrito pela própria narrativa. É o trabalho de Penélope que no ir e vir da tessitura permite, de certa forma, a constituição do sujeito.

A narrativa elaborada a partir de um exercício da memória que é capaz de contar uma história da cidade distancia-se da concepção linear da história positivista ou oficial, pois o tempo na narrativa é concebido como um local de construção de uma cartografia. O mapa da cidade é elaborado ao possibilitar a união dos vários pontos mnemônicos que se entrecruzam. Esse mapa visa construir não somente uma representação do passado, mas, na realidade, tem como foco a construção do presente.

A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.¹¹

Portanto, o primeiro objetivo do curso e das visitas guiadas era possibilitar que os membros da melhor idade se vissem como sujeitos de um saber que poderia ser com-partilhado e, ao mesmo tempo, fazer dessa rememoração, uma memória ativa capaz de transformar o presente do sujeito e também o espaço urbano em que eles estão inseridos. Assim, mais do que uma simples narrativa, o curso possibilitou também uma inserção social de pessoas que geralmente estão à margem da sociedade: os velhos com suas histórias.

¹¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p.55. Grifos do autor.



Fig. 4 – Visita guiada aos bens tombados (Igreja Nossa Senhora do Rosário)



Fonte: Acervo da Escola de Educação Patrimonial

5

Tanto o curso quanto as visitas guiadas possibilitaram que os membros da melhor idade através de suas narrativas pudessem a partir dos rastros, dos fragmentos, dos restos do passado testemunhar não só as suas vidas, mas também, e talvez o mais importante, testemunhar o passado da cidade.

Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunho, significa etimologicamente aquele que põe como terceiro (...) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto dar o testemunho disso.¹²

Em grego, a origem do termo testemunha é *martis*, ou seja, mártir. É dessa conotação que os primeiros padres da igreja utilizaram o termo *martirium* para indicar as mortes dos cristãos que davam seus testemunhos de fé. Portanto, o termo grego também remete ao sentido de testemunha como aquela que recorda.¹³ Por isso, essas narrativas podem ser vistas como um registro histórico que é ao mesmo tempo uma narrativa *contra-histórica* por apresentar a cidade a partir de outros pontos de vista, longe das narrativas historiográficas oficiais¹⁴.

¹² AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz; o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 27.

¹³ AGAMBEN, *op. cit.*, p. 35-36.

¹⁴ SELIGMAN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, p. 89.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



No texto benjaminiano “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” o autor ao fazer referência de que a obra de arte também estabelece ligações com a memória, utiliza o termo *Zeugen* que significa testemunhar, mas esse termo também tem o sentido de gerar, procriar e de citar alguém.¹⁵ Portanto, mais uma vez é possível relacionar espaço urbano, espaço arquitetural, narrativas, memória e arte.

Na carta de Scholem a Benjamin, de 6/8 de novembro de 1938, o autor da carta ao comentar o trabalho de Benjamin sobre Kafka, principalmente a passagem que discute o fracasso kafkiano afirma: “a decadência da tradição traz em seu bojo que a transmissibilidade dessa tradição seja o único elemento a manter-se vivo, o que é natural.”¹⁶ Dessa forma, é possível aferir que nos momentos de construção das narrativas tanto durante o curso quanto no percurso das visitas guiadas as guias patrimoniais experienciaram instantes de transformação do tempo presente ao tecer seus fios da memória durante o curso e durante as narrativas elaboradas para apresentar os bens patrimoniais. Nesse sentido afirmo que o sujeito da experiência

é um sujeito ex-posto. Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a o-posição (nossa maneira de opormos), nem a im-posição (nossa maneira de impormos), nem a pro-posição (nossa maneira de propormos), mas a ex-posição, nossa maneira de ex-pormos, como tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se ex-põe. É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre.¹⁷

A experiência, portanto, a partir das observações acima pode ser definida como sendo o “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.¹⁸ O sujeito da experiência é definido pela sua passividade, receptividade, disponibilidade e abertura. A passividade deve ser entendida não pela oposição ativo e passivo, mas por algo anterior a esse jogo e que pode ser entendido “como passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial”.¹⁹ O sujeito da experiência não é aquele que possui inúmeras informações, que

¹⁵ SELIGMAN-SILVA, *op. cit.*, p. 29, nota de rodapé n. 12.

¹⁶ BENJAMIN, Walter, SCHOLEM, Gershon. *Correspondência*. São Paulo Perspectiva, 1993, p. 319.

¹⁷ LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Palestra proferida no 13º COLE-Congresso de Leitura do Brasil, Unicamp, Campinas/SP, julho de 2001. <http://www.miniweb.com.br/Atualidade/INFO/textos/saber.htm>. Acesso em 30 de abril de 2010.

¹⁸ LARROSA, *idem*.

¹⁹ LARROSA, *idem*.



postula variadas opiniões sobre diversos assuntos – que julga, sabe, faz, trabalha, e que tem o poder e o querer – mas é aquele que pode testemunhar. Por isso, é possível dizer que o projeto *Patrimônio não tem idade* com suas visitas guiadas possibilitou a construção de uma narrativa autobiográfica do itinerário patrimonial do centro da cidade de Barbacena.